

# NEOLIBERALISMO E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE

Thiago Alves Moreira Nascimento<sup>1</sup>

Rayanne Vieira Mendes<sup>2</sup>

Rebeca Baia Sindeaux<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo trata-se de um estudo sobre o neoliberalismo e os impactos das políticas públicas na educação e formação docente. A forma como as políticas públicas vêm se organizando a partir do advento do neoliberalismo apontam para uma crescente negação dos direitos sociais à população, dentre estes a educação. Desta forma, o propalado afastamento do Estado da regulação social traz impactos para a classe trabalhadora, a qual tem o seu direito de acesso ao conhecimento prejudicado através do desmonte da educação pública, dentre outros direitos. Esta é uma pesquisa qualitativa onde foi realizado um levantamento bibliográfico que recaiu sobre obras de autores que discutem a realidade social nesse contexto de políticas neoliberais, bem como os rebatimentos que as políticas públicas produzem na educação, traduzindo-se em impactos na ação docente e no atendimento da própria função social da escola. Consideramos que nesse cenário a compreensão de que a luta política pela educação é importante, uma vez que a mesma se encontra em disputa e que ela precisa ter as condições para realizar sua função primordial – humanizar.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Formação docente, Educação.

## INTRODUÇÃO

A educação, como diria Saviani (2008), é o ato de transmitir a humanidade a cada indivíduo singular. Contudo, as formas de realização da educação diferem de tal maneira que, como diria Leontiev (apud MARSIGLIA, 2011, p.35), dependendo da classe social, as pessoas parecem nem pertencer à mesma espécie dadas as diferenças no acesso à cultura material e histórica, que reflete na forma de interação com a realidade. Ainda sobre a educação, pode-se dizer que o nível de conhecimento alcançado pela humanidade – em sentido amplo – traz a necessidade da organização do fenômeno educativo em forma de instituições voltadas especificamente ao fim de apresentar os princípios e métodos do conhecimento humano. Assim, dentre outras, temos o surgimento da escola.

Nos primórdios de seu surgimento, a escola era voltada para aqueles que possuíam o ócio, ou seja, o tempo livre. Via de regra, para os filhos das elites ou da nobreza. Com o passar

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC, thiago.moreira@urca.br.

<sup>2</sup> Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Regional do Cariri – URCA, rayannev Mendes@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestra em Educação pelo Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA, rebeca.baia.sindeaux@gmail.com

do tempo, o desenvolvimento dos meios de produção, da tecnologia e mais um conjunto de mudanças e novas necessidades na sociedade humana passa a exigir a universalização da educação escolar como condição de atender às contingências da situação.

Dando um salto à contemporaneidade, a escola enquanto instituição voltada a disponibilizar a memória humana, cientificamente e historicamente constituída, é objeto de contradição: ao passo em que reproduz a sociedade, já que ela põe em prática um modelo de sociedade pensado pelas classes hegemônicas, também colabora para sua transformação, já que dá os subsídios teóricos para o desenvolvimento do conhecimento humano. Assim sendo, a mesma encontra-se em disputa: a classe dominante, com seu poder econômico e hegemônico a direciona; a classe trabalhadora luta pelo acesso a ela.

Desta feita o capital, que controla o Estado, gere também a instituição escolar. Sob o signo hodierno do neoliberalismo, um arcabouço de estratégias vai se consolidando para que a escola cumpra os interesses do capital financeiro internacional – passando, inclusive, de direito à serviço, passível de regulação por parte da Organização Mundial do Comércio como qualquer outra mercadoria.

A pesquisa que ora se apresenta tem por objetivo discutir como o neoliberalismo ataca a seara da educação através de políticas públicas e quais impactos são decorrentes dessa interação. A necessidade de se realizar um estudo como esse é, antes de mais nada, assumir o compromisso político enquanto educadores que acreditam na educação e em sua universalização, e, em consonância com vários outros trabalhos que vêm sendo produzidos sob a égide da crítica, contribuir com a construção de material que venha a auxiliar a compreensão do impacto negativo das políticas neoliberais sobre a educação e o ensino escolar. Vale salientar que, considerando o estudo aqui apresentado, antecipamos a necessidade da organização política em defesa da educação, o que embute várias outras questões como condições de trabalho, salariais, acesso à escola, transporte, etc.

## **METODOLOGIA**

Esta é uma pesquisa qualitativa onde foi realizado um levantamento bibliográfico, que recaiu sobre obras de autores que discutem a realidade social no contexto de políticas neoliberais, bem como os rebatimentos que as políticas públicas produzem na educação. Para tal, se fez necessário caracterizar brevemente o pano de fundo da ascensão do neoliberalismo – a crise estrutural do capital, descrita por Mézáros (2000) –, assim como o caráter ideológico com que o neoliberalismo se apresenta como alternativa viável de superação desta crise.

Posteriormente, se analisam os impactos destas determinações à educação reservada principalmente à classe trabalhadora, bem como à formação docente.

## DESENVOLVIMENTO

De acordo com Frigotto (1996), a sociedade capitalista (a forma de organização societal regida pela lógica do capital) tem por objetivo fundamental a reprodução e acumulação do lucro. Portanto, não são as questões humanas, individuais ou coletivas, as centrais para essa forma de sociabilidade. O referido autor destaca que “este ideário não é uma escolha, mas a própria forma de ser das relações capitalistas” (Idem, p.3). O capitalismo então, como forma de reprodução social, consegue se estabelecer hegemonicamente.

Contudo, a partir da década de 1970 o capital encontra uma crise insuperável. Diferente das outras crises, cíclicas, esta perdura até os dias atuais, sendo considerada uma *crise estrutural* (MÉSZÁROS, 2000).

Nas palavras de Mézáros:

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue *administrar* medianamente, ainda assim, durante curto intervalo, mas que não consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital* (2000, p. 19).

Na tentativa de superar esta crise, o capital lança mão de diversas estratégias e novas formas de reorganizar sua reprodução vão surgindo, dentre elas, com destaque o neoliberalismo. Com o advento do neoliberalismo, as políticas públicas e a própria questão social, afastam-se do Estado de Bem-Estar Social e aproxima-se ao incentivo à lógica de mercado<sup>4</sup>, com discurso de afastamento do Estado da regulação da vida social. Como consequência, há tendência à forte retração de investimentos públicos, levando a fortes e profundos ataques aos direitos sociais e expandindo o setor privado.

Na implantação das ideias neoliberais, as “despesas” realizadas pelo setor público são amplamente criticadas e as lutas por direitos e melhorias trabalhistas duramente interdidas.

Traduzindo em miúdos: abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto

---

<sup>4</sup> As concepções de políticas sociais surgem a partir de contextos iminentes às fortes interferências estatais, amparados, sobretudo, ao período conhecido como *Estado do Bem-Estar Social*. Impulsionado pelo objetivo de controlar a população que não estava ativa no processo produtivo (HÖFLING, 2001, p. 33). De modo geral, se teria maiores disposições financeiras voltadas ao consumo, e, portanto, condições à revitalização do capital, apontando assim, à finalidade de atuação do Estado voltado à “estimulação” financeira.

programa de privatização não só das empresas, mas também dos encargos sociais como saúde, educação e moradia (CHAUÍ, 2013).

Há, neste sentido, um crescente incentivo ao livre mercado e concorrência, propiciando o aumento da presença da iniciativa privadas nas mais diversas esferas, seja por concessões ou por privatizações. Com efeito, observamos a formulação de uma paisagem social cercada por elemento como o aumento contínuo do desemprego, terceirização, privatização e incentivo à competitividade que invade tanto os espaços coletivos como o campo de interesses pessoais (subjativos). Deste modo,

[...] a produção opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas e etapas do trabalho produtivo, com a compra e venda de serviços no mundo inteiro, isto é, com a **terceirização e precarização do trabalho**. Desarticulam-se as formas consolidadas de negociação salarial e se desfazem os referenciais que permitiam à classe trabalhadora perceber-se como classe e lutar como classe social, **enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas, de prestação de serviços, no trabalho precarizado e na informalidade, que se espalham pelo planeta**. [...] o desemprego torna-se estrutural, deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão [...] (CHAUÍ, 2013, grifo nosso)

Em relação a um discurso de crescimento econômico, é demonstrada uma realidade trabalhista que é qualitativamente oposta à evolução do mercado financeiro. Destacam-se resultados de pesquisas do PIB (Produto Interno Bruto) que demonstram crescimento inversamente proporcionais aos do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Isto significa que, em linhas gerais, a lógica econômica demonstra a seguinte face: enriquecimento do mercado se dá em consequência da exploração da classe trabalhadora.

Através de um processo de construção de hegemonia, a estratégia neoliberal não apenas age na formulação de políticas que aumentam a exploração da classe trabalhadora na tentativa da retomada das taxas de lucro, mas também opera na construção da ideia de que tais políticas são aceitáveis, necessárias e até naturais. Essa é uma

[...] estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades. (GENTILI *apud* MACIEL; NETO, 2004, p. 42)

A educação, no neoliberalismo, também está a serviço da reestruturação do capital em crise: o de atender às exigências do mercado e possibilitar a formação de mão-de-obra adequada às novas exigências da acumulação do capital. Tem, como princípio, a formação para o mercado

de trabalho, o qual exige trabalhadores flexíveis, hábeis, dinâmicos, empreendedores. Nesse sentido, seria através da educação a possibilidade de mobilidade social e redução das desigualdades, o que é conhecido como a “Teoria do Capital Humano”.

A educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social, ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre (BANCO MUNDIAL, apud LEHER, 1999, p.23).

As configurações abordadas pelo Estado em um determinado contexto histórico inferem nos percursos e desenvolvimentos das políticas públicas/sociais<sup>5</sup>. Os processos educativos são colocados enquanto instrumentos substanciais para reprodução deste ideário, em que suas conjunturas desempenham princípios delineados pela lógica do capital (sejam em campos institucionalizados ou não). Nesta relação, as orientações concernentes à educação pública são apontadas como

[...] uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. (HÖFLING, 2001, p. 31)

Sabendo que o modo capitalista visa elevar e proteger interesses de uma classe hegemônica e minoritária em detrimento à outra (a classe trabalhadora), é preciso atentar às evidências apontadas por aqueles que sofrem “na pele” os problemas iminentes dos efeitos neoliberais. Diante disso, o modo pelo qual são manifestadas e denunciam os aspectos negativos da lógica capitalista em sua objetividade, se dá prioritariamente, por meio de lutas sociais contínuas e permanentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Especialmente no campo educacional brasileiro, os princípios fundamentais para a conscientização do homem frente às contradições sociais são, muitas vezes, secundarizados ou negligenciado, em prol da manutenção da lógica capitalista. Os contextos educativos são

---

<sup>5</sup> É importante frisar que, a perspectiva da relação de políticas públicas e políticas sociais “Deve ser pensada como ação de força intelectual-associativa, e por isso o esclarecimento é crucial para o cidadão que deseje compreender as implicações do jogo político em torno das verbas públicas” (TROTTA, 2010, p. 83)

tomados como instrumentos axiomáticos para a manutenção de políticas amparadas no modelo neoliberal, considerando, especialmente, as práticas pedagógicas subscritas nos moldes contemporâneos.

Direcionando os olhares às funções das instituições de ensino, a formação básica e/ou universitária são vistas como ponte fundamental para a instrução ao campo do trabalho, sobressaindo a perspectiva de que,

Trata-se de formar, de forjar uma sociabilidade para os trabalhadores com base numa vida sem direitos. Assim, o primeiro aprendizado é o da flexibilidade – é preciso ser flexível, maleável, estar pronto 24hs por dia para o trabalho, se e quando ocorrer. O mercado é inflexível, rígido e impiedoso. [...] O termo em voga – e, como toda moda, não durará muito – é o de empreendedorismo. Deve-se formar trabalhadores para serem empreendedores de sua força de trabalho, sem esperar direitos ou igualdade, altamente competitivos e sem nenhuma forma associativa enquanto trabalhadores (FONTES, 2008, p.21) .

Seguindo a linha de pensamento da autora, consoante aos fortes e resistentes efeitos neoliberais, os caminhos das ações educativas, são trilhados no desígnio de

[...] afastar a população da possibilidade de que venha a pensar a totalidade social, e, sobretudo, de que se perceba como integrante de enorme massa de trabalhadores sem direitos. Para isso, é preciso mantê-la nos níveis mais elementares de consciência, voltada apenas para algumas questões – e premências – as mais imediatas, de preferência locais e fragmentadas. Em termos gramscianos, significa reduzir a consciência ao âmbito corporativo, impedindo que se forme uma visão da totalidade do processo, uma visão ético-política contra-hegemônica. (*ibidem*, p. 22)

Ainda sobre a relação da política neoliberal de educação escolar, seja na educação básica, ou na superior, constata-se que ela tem

[...] como objetivo fundamental contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresariais, prioritariamente dos setores monopolistas, de capital estrangeiro. À escola brasileira na atualidade cabe, em boa parte, desenvolver competências para a execução de tarefas simples e complexas na produção, no aparato estatal e também na sociedade civil, que venham garantir a reprodução ampliada do grande capital. A educação superior, por sua vez, passa a ter como prioridades, a partir de então, capacitar a força de trabalho para adaptar a tecnologia produzida no exterior e conformar este novo trabalhador qualificado às novas exigências da cultura empresarial, especialmente no que tange à aceitação, como naturais das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da história (NEVES, 2002, p. 26).

A naturalização dos discursos resultantes dos processos orientados pela lógica capital ignora as contradições e diferenças de classes. As representatividades dos sujeitos são, comumente, guiadas por expressões que edificam a compreensão de uma realidade imutável, universal e cristalizada, ao que tange, principalmente, em seu *modus operandi* social. Quem

nunca se deparou (ou até mesmo tenha de alguma forma reproduzido), a máxima “Sempre foi assim e sempre vai ser”?

Este pensamento incide na compreensão de que a única forma correta e plausível, pelo qual o homem deve seguir é prescrita a partir da lógica do mercado. Júnior (2010, p. 44-45) ressalta que

Ao invadir as consciências, [a ideologia neoliberal] constrói um senso comum presidido pelos valores neoliberais, desenvolvendo, assim, um processo de naturalização da exclusão e das formas de violência contra grupos e populações deixadas à sua própria sorte. [...] a educação tornou-se uma peça no mecanismo de acumulação do capital ao estabelecer consensualmente a reprodução do injusto sistema de classes. Tornou-se mecanismo de perpetuação do sistema, em vez de instrumento da emancipação do homem.

Sobressaído pelo teor mercadológico, os espaços educativos (principalmente, os campos formais de ensino) são elevados aos planos financeiros, acentuando a sua caracterização como propriedade privada. O que deve ser um campo do direito social, passa a ser um serviço mercantil.

A efetiva “substituição” do direito por serviços ofertados se dá, em especial, na diminuição da responsabilidade do Estado ao que concerne a garantia de direitos essenciais ao conjunto da sociedade civil. A mínima intervenção do Estado coloca-o em uma posição de “desobrigações” na garantia da educação pública e de efetiva qualidade ao trabalhador. Neste caminho, abre-se grandes espaços para a livre concorrência, e consecutivamente, à oferta – privatizada – de serviços.

Salienta-se que a “passagem” de deveres, que carregam consigo forte poder ideológico, provoca “uma transferência de responsabilidades pelo sucesso ou fracasso profissional e pessoal a **nível individual**” (MACIEL; NETO, 2004, p. 63, grifo nosso). Isto é, de forma genérica, a(o) responsável pelos diversos tipos de infortúnios, prejuízos e perdas, tanto em âmbito subjetivo, quanto comunitário, é unicamente do próprio sujeito. Isto seria uma decorrência de sua falta de interesses, motivações, e contraditoriamente, de sua falta de “responsabilidades”. No entanto,

[...] o conceito de qualidade aplicado na sociedade capitalista não poderá se transformar em direito de todos os homens, como declaram os seguidores das propostas neoliberais, visto que na lógica de tal mercado a mercadoria de excelência destina-se a um grupo social reduzido que pode pagar por ele. Portanto, a qualidade, onde quer que seja aplicada, destina-se a um grupo social seletivo, e não a todos os membros sociais. [...] qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio [...] (*ibidem*, p. 61)

Pode-se constatar que no conjunto das políticas educacionais e das reformas educativas, a educação “constituiu-se em elemento facilitador importante dos processos de acumulação

capitalista e, em decorrência, a formação de professores ganha importância estratégica para a realização dessas reformas no âmbito da escola e da educação básica” (FREITAS, 1999, p. 18).

Em síntese, as reformas educacionais e as mudanças sociais significativas alteram profundamente o trabalho docente. Nesta nova conjuntura, os professores são responsabilizados pelos problemas escolares e passam a ser avaliados pelo seu desempenho, são cobrados a desempenhar várias funções, em resposta à exigência de um novo perfil profissional. Todas essas mudanças não vêm acompanhadas de condições de trabalho adequadas, pois eles também estão passando por uma significativa desvalorização salarial, que os leva a terem de duplicar ou mesmo triplicar a jornada de trabalho, agravada pela precariedade das condições materiais, do excesso do número de alunos, da redução do tempo para pensar e planejar seu trabalho, dentre outros fatores. Todos estes aspectos acentuam índices de um processo de desprofissionalização dos professores (ALVARENGA, 2012, p. 155).

O cenário educacional, no âmbito das políticas públicas neoliberais acenam, dentre outros resultados, à precarização do trabalho docente, consequência do duplo aspecto que o capital impõe à sociedade: a regulação por meio das políticas públicas que desmontam a questão social e a ampla divulgação ideológica de suas ideias como as melhores respostas aos problemas sociais. Essas orientações trazem impactos na educação e na própria formação docente, bem como na efetivação da função social da escola – prejudicada pela diretriz neoliberal de afastamento do Estado. Mas quais as possibilidades, dentro do contraditório, têm o professor e a educação?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é fato social, e é responsável pelo processo de humanização de cada indivíduo singular, como já citado anteriormente. Dada a sua importância, a mesma encontra-se em disputa entre a classe dominante – que deseja o seu papel reprodutor – e a classe trabalhadora – que deseja acesso aos conhecimentos historicamente constituídos. Mas com o poder material que a classe dominante possui, o fato é que as políticas públicas neoliberais adentram a educação e a formação docente. Contudo, é necessário que se adote uma postura contra-hegemônica, seja no ensino ou na formação do professor.

Desta maneira, de acordo com Frigotto (1996, p.10)

A formação e qualificação e profissionalização do educador e do educando, numa perspectiva contra-hegemônica, centra-se sobre uma concepção omnilateral de dimensões a serem desenvolvidas que envolvem o plano do conhecimento histórico-científico e, igualmente, os planos bio-psíquico, cultural, ético-político, lúdico e estético.

Para o referido autor, formar numa perspectiva omnilateral, e incluso na compreensão de que as pessoas vêm em primeiro lugar, “pressupõe-se tornar senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de promover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a *todos* os seres humanos” (FRIGOTTO, 1996, p.10).



Para que seja possível contemplar a demanda desta formação omnilateral, além do já exposto, é preciso superar a ideia de que o educador se faz na prática e a partir do cotidiano e superar os pragmatismos ao qual os educadores foram colocados, bem como romper com a proposição o academicismo reduzido a “teorização”. Torna-se ímpar, no contexto atual, superar a visão compartimentalizada da formação do educador entre teoria e prática, elevando-a a uma dimensão teórico-prático, a práxis, que para Konder (1992, p.115) “é a atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la transformando-se a si mesmo”. Portanto, “é a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática” (Idem, ibidem).

Por conseguinte, segundo Frigotto (1996, p.14), a formação e profissionalização de educadores(as) na perspectiva da práxis precisa colocar como desafio superar a “pedagogia da desesperança, da não alternativa ao *status quo*”, em que se coloca como “devaneio” a atuação numa perspectiva contra hegemônica diante das condições objetivas das relações capitalista.

Para construção desta contra hegemonia é fundamental pensar sobre a problemática da formação e ação docente perpassando a questão do acesso ao conhecimento<sup>6</sup>, tendo em vista que o que estamos sofrendo nos últimos tempos é a negação do conhecimento, através da fragmentação, do esvaziamento e do apelo ao saberes cotidianos – construídos e utilizados na prática. É mister salientar que a formação dos educadores(as) vem passando por esta mudanças de paradigmas e consequentemente a formação dos(as) educandos(as) também são pensadas a atender as novas demandas educacionais.

Assim, é necessário salientar que a luta pela educação é uma luta pelo direito à educação, pelo acesso aos conhecimentos históricos, e na contemporaneidade, consequentemente uma luta contra as políticas neoliberais reservadas à educação, as quais impedem-na de efetivar plenamente sua função – a humanização.

## REFERENCIAL

---

<sup>6</sup> Estamos levando em consideração a fundamentação de Saviani ao se utilizar da teoria da curvatura da vara em “Escola e Democracia”, compreendemos que em tempos de negação do conhecimento, do irracionalismo, do pragmatismo e imediatismo, a defesa da transmissão do conhecimento passa a ser um ato revolucionário, de resistência no âmbito educacional. Os oprimidos precisam se apropriar e dominar aquilo que foi usurpado pelos opressores e que ganhou a tutela de saber burguês. O saber pertence à humanidade.

CHAUÍ, Marilena. **Nova classe trabalhadora: enigmas?** Fundação Perseu Abramo. Não Paginado. 2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2013/08/08/nova-classe-trabalhadora-enigmas/>

FONTES, Virgínia. **Conversando sobre política e classes sociais na atualidade.** In Políticas que produzem educação. Anais do 1º Ciclo de Conferências. Rio de Janeiro: Faculdade de Formação de Professores, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e profissionalização do educador: novos desafios sócio-econômicos, ético-políticos e teórico-práticos.** In: Realidade e perspectiva na formação de professores. Palestra proferida na Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato/Ceará, s/d.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Caderno CEDES. vol. 21, n. 55, pp. 30-41. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>

JÚNIOR, Wercy Rodrigues Costa. **Política educacional no contexto do neoliberalismo.** Revista da Faculdade de Educação, Ano VIII, nº 13. Jan./Jun. 2010. Disponível em: [http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_13/artigo\\_13/31\\_49.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_13/artigo_13/31_49.pdf)

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos: 23).

LEHER, R. – **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: A Educação como estratégia do Banco Mundial para o “Alívio” da Pobreza.** Tese de Doutorado. SP, USP, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shizue. (Orgs.) **Formação de professores: passado, presente e futuro.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e fundamental.** Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Revista Outubro, Nº 04, 2000.

MIRANDA, Sônia Guariza. **A configuração do capitalismo, a reforma do Estado e a educação.** In Educação, Estado e Contradições Sociais. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NEVES, L. M. W. (org.) – **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** In Política neoliberal e educação superior. Neves e Romildo Raposo Fernandes. São Paulo: Xamã, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b.

TROTTA, Wellington. **Política social: perspectiva de medidas efetivamente públicas.**  
Acheegas. n. 43, jan/Dez, p. 81-99, 2010. Acessado em:  
[http://www.achegas.net/numero/43/wellington\\_43.pdf](http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf)